

Introdução Breve à Economia Social e Solidária

Marc Jacquinet

Outubro de 2019

Material pedagógico para as ucs de Economia da Sustentabilidade (61058)

Gestão de PME e Global Business

(61049 e 61041- Gestão do Conhecimento 61050)

Nos anos recentes, a noção de economia social, abrangendo outras noções como economia solidária, economia cooperativa ou das cooperativas, tem vindo a ganhar de novo relevo, nomeadamente com a criação na Europa de uma rede internacional de estudiosos do fenómeno (CIRIEC). Mesmo que não chegue em muitos países europeus, incluindo Portugal, a 4% do PIB ou do Valor Acrescentado Bruto (VAB), a evidência configura já uma evolução notável mormente no quadro da recente crise (Borzaga e Defourny 2004; Braconnier e Caire 2013; Hély e Moulévrier 2013; INE 2013).

A economia social pode ser definida ou, num plano mais simples, delimitada de duas maneiras. Em sentido restrito, significa a economia do terceiro sector, ou seja a economia que não é pública, nem privada com fim de lucro. Esta definição baseia-se no objeto social ou na qualidade das entidades ativas na produção de bens e serviços mas que não seguem o objetivo angariar benefícios monetários. É a economia das organizações do terceiro setor, particular ou privado, sem fins de lucro ou de enriquecimento dos seus membros ou sócios. Cabe insistir que neste sentido a economia social, enquanto economia das organizações do terceiro sector, incluindo as ONG, apresenta um objetivo social particular, claro e específico, visando uma população alvo neste mesmo âmbito social (Braconnier e Caire 2013; Hély e Moulévrier 2013).

As fronteiras entre as três esferas da economia - empresas privadas com fim de lucro, entidades públicas e Estado e terceiro sector, marginalmente e dinamicamente podem ser objeto não são de discussão e debate mas de reformulação, nomeadamente através da técnica jurídica. Existe por exemplo empresas sociais com cotação em bolsas e mercados financeiros.

Em sentido lato, a economia social é mais do que entidades do terceiro sector, é uma abordagem à questão da produção no sentido de promover a equidade social e outros valores como a promoção de um bem público ou do bem comum. De um certo modo, a economia social está inserida numa certa conceção da justiça, e da justiça social em particular (Braconnier e Caire 2013; Frémeaux 2016; Hély e Moulévrier 2013).

No entanto existe uma concepção mais abrangente da economia social que às vezes parece referida como economia social e solidária. Esta concepção mais lato do conceito de economia social tem a ver com o objeto social ou solidário destes organismos e que podem revestir diferentes formas jurídicas em grau de sofisticação e complexidade crescente. Antes de continuar a discutir o conceito de economia social e seus desafios, cabe umas palavras sobre a sua história recente, nomeadamente em Portugal (Garrido 2016).

A origem da economia social, nomeadamente do movimento cooperativista, remonta à segunda metade do século XIX, com particular desenvolvimento de estruturas formais e institucionais em vários países europeus, incluindo Portugal.

Quadro "Economia Social em Portugal" - Principais Indicadores por Atividade (2010)

Classificação das organizações da economia social	Unidades	Emprego	Emprego Remunerado	VAB
	N.º	ETC	ETC	10 ³ Euros
Agricultura, Silvicultura e Pescas	285	962	925	10 617
Atividades de Produção e Transformação	385	6 445	6 377	217 354
Comércio, Consumo e Serviços	669	7 239	7 154	129 280
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	2 719	6 775	6 535	63 598
Atividades Financeiras	98	7 280	7 280	528 826
Ensino e Investigação	2 325	21 811	21 693	502 053
Saúde e Bem-Estar	805	9 461	9 460	149 866
Serviços de Ação e Solidariedade Social	7 740	77 472	77 438	1 763 284
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	26 779	53 386	53 124	287 977
Cultos e Congregações	8 728	21 851	21 851	586 241
Organizações Profissionais, Sindicais e Políticas	2 581	9 776	9 427	17 792
Não Especificadas	2 269	4 799	4 783	3 443
Total da Economia Social	55 383	227 257	226 047	4 260 331
Total da Economia	-	4 792 750	4 138 163	151 413 479
Economia Social / Economia Nacional	-	4,7%	5,5%	2,8%

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, dados preliminares; Contas Nacionais (INE e CASES 2013)

Hoje em dia, segundo os dados publicados em 2013 pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), relativamente ao

ano 2010, a economia social em Portugal representa 2,8 % do Valor Acrescentado Bruto; ou ainda 4,7 % do emprego total e 5,5 % do emprego remunerado (Ver Quadro em cima intitulado “Economia Social em Portugal” - Principais Indicadores por Atividade (2010) e INE e CASES 2013). Nestes últimos dois dados sobre o emprego, em ambos os casos, são medidos em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo – ou ETC) para permitir comparações entre setores e entre países.

Ainda na base dos mesmos dados, com mais de 55 mil entidades, podemos ter uma ideia da diversidade dos setores em que atuam as organizações do terceiro setor desde a agricultura até aos serviços, incluindo escolas, cooperativas, sindicatos, partidos políticos, associações profissionais, associações científicas, associações mutualistas, hospitais, IPSS, fundações, etc. É de destacar a importância dos serviços de ação e solidariedade social, com mais de um terço do total do emprego do setor da economia social, com 77 mil postos de trabalho e o setor da cultura, desporto e recreio/lazer, mais de 53 mil empregos equivalentes a tempo completo. Estes dois subsectores perfazem mais de metade do emprego na economia social em Portugal. Estes dados subavaliam os contributos do setor em termos de bem estar social, nomeadamente por não existir preços de referência para muitos serviços de ação social e também por ser um setor onde o voluntariado é muito importante, e basta referir ainda a rubrica dos Cultos e Congregações com mais de 21 mil empregos remunerados em que “voluntariado” é muito importante, e mesmo essencial.

Nos debates recentes sobre a economia social, a questão central é da finalidade do setor e das entidades que desenvolvem as suas atividades sem procurar principalmente o lucro ou enriquecimento individual. A organização do setor persegue uma outra finalidade do que o lucro e a eficácia, que se relaciona com a noção de solidariedade (Musso 2015; Supiot 2015a e 2015b). E esta solidariedade incide sobre os seus modelos de gestão também. Além do objetivo de solidariedade, um outro valor cara ao setor é a gestão democrática, muito presente nas assembleias do setor associativo, por exemplo. Isto traduz-se pela fórmula: “uma pessoa um voto” e não uma ação ou título do capital social um voto.

Nem todas as organizações do terceiro setor optam pelo critério uma pessoa um voto. Existe de facto uma forma mais complexa e híbrida. As cooperativas ou associações nas assembleias gerais adaptam e cumprem o critério, no entanto, na gestão quotidiana, existe um executivo ou uma direção que toma as decisões numa base de hierarquia e de autoridade delegada, com

procedimentos mais centralizados, nomeadamente para cumprir e executar o que foi decidido em assembleia geral.

Outros critérios ou valores do setor são a liberdade de adesão (o sócio ou cooperante adere voluntariamente à organização e suas finalidades), nas sociedades anónimas não é tão nítido; a não lucratividade individual e primazia do projeto coletivo ou da utilidade social sobre os interesses particulares e a adesão mais ou menos forte, mais ou menos ténue, à noção de bem comum e bem público (Supiot 2015a).

Em relação ao território, a economia social valoriza uma governança participativa e uma maior integração no seu meio envolvente, mais fundo do que as empresas capitalistas que afiguram um risco de deslocalização muito mais reduzido no setor da economia social.

O setor apresenta um conjunto de desafios, o da escala para poder manter a prestação de um serviço social com custos controlado dado a redução das ajudas financeiras públicas. Com o aparecimento do empreendedorismo social e as empresas sociais, alguns modelos de funcionamento estão a transformar-se. Outro desafio é a procura de um modelo de co-desenvolvimento com o espaço local (Moulaert, F., e Nussbaumer, J. 2008). Além disso, existe uma tendência para demonstrar a utilidade social e como medir o impacto social. Finalmente, estão em curso um conjunto de redefinições das relações da economia social com o setor capitalista, o setor público, a classe política e o sistema político (incluindo as políticas públicas) e com a sociedade civil.

O empreendedorismo social será certamente um dos atores-chave destas transformações, mas não o único, os trabalhadores (geralmente referidos nos estudos como os recursos humanos) serão uma das forças da mudança e do aprofundamento da identidade do setor. A conceção dos stakeholders (partes implicadas) deve ser alargadas e não limitar-se a gestores e *shareholders* (acionistas) e elites políticas e económicas (Stout 2010, 2012). Se há um valor que o setor deve aprofundar é o da participação, democrática, obviamente. E isto é também um desafio para quem quiser atuar no setor.

Referências

- Abrahamson, Peter (2010) "European Welfare States Beyond Neoliberalism: Toward the Social Investment State." *Development and Society*, Vol. 39, no. 1, pp. 61-95. <http://www.jstor.org/stable/deveandsoci.39.1.61>.
- Borzaga, C., Defourny, J., eds, (2004) *The Emergence of Social Enterprise*, Routledge, London
- Braconnier, P., & Caire, G. (2013). *L'économie sociale et solidaire et le travail*. Paris: Editions L'Harmattan.
- CASES (2013) - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, *vide* INE e CASES 2013.
- Defourny, J., e Nyssens, M. (2008). Social enterprise in Europe: recent trends and developments. *Social Enterprise Journal*, 4(3), 202-228. doi:10.1108/17508610810922703
- Defourny, J., Hulgård, L., & Pestoff, V. (2014). *Social Enterprise and the Third Sector: Changing European Landscapes in a Comparative Perspective*, Londres: Taylor & Francis.
- Defourny, J. e Nyssens, M. (2010). "Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and divergences". *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(1), pp. 32-53.
- Fayolle, A., e Matlay, H. H. (2010). *Handbook of research on social entrepreneurship*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Frémeaux, P. (2016). *La nouvelle alternative?: enquête sur l'économie sociale et solidaire*. Paris : Alternatives économiques/Les Petits Matins.
- Garrido, Álvaro (2016). *Cooperação e solidariedade: uma história da economia social*. Lisboa: Tinta da China.
- Gueslin, A. (1992). *L'invention de l'économie sociale*. Paris, Economica.
- Hély, Matthieu e Pascale Moulévrier, (2013) *L'économie sociale et solidaire : de l'utopie aux pratiques*, Paris: Pour la Dispute
- INE e CASES (2013) *Conta Satélite da Economia Social 2010*, Lisboa: INE.
- Jeantet, Thierry (2008) *L'économie sociale: une alternative au capitalisme*. Paris: Economica.

- Jeantet, Thierry (2016) *Économie sociale. La solidarité au défi de l'efficacité*, Paris: La Documentation française.
- Moulaert, F., e Nussbaumer, J. (2008). *La Logique Sociale du Développement Territorial*, Montréal: PUQ.
- Musso, P. (2015). “La solidarité: généalogie d’un concept en sociologie”, em Supiot, A. (2015). *La solidarité: enquête sur un principe juridique*, Paris: Odile Jacob, pp. 93-108.
- Musso, P. (2007). « Entrepreneurial ». *Quaderni*, pp. 39-41.
- Nyssens, M. (2007). *Social Enterprise: At the Crossroads of Market, Public Policies and Civil Society*, Londres: Taylor & Francis.
- Stout, L. A. (2012). *The shareholder value myth: How putting shareholders first harms investors, corporations, and the public*, San Francisco: Berrett-Koehler Publishers.
- Stout, L. (2010). *Cultivating conscience: How good laws make good people*, Princeton: Princeton University Press.
- Supiot, A. (2010). *L'esprit de Philadelphie*, Paris: Seuil.
- Supiot, A. (2015a). *La Gouvernance par les nombres*. Paris: Fayard.
- Supiot, A. (2015b). *La solidarité: enquête sur un principe juridique*, Paris: Odile Jacob

Resumo

A economia social é o subsetor da economia que não procura o fim de lucro (setor capitalista) nem pertence ao Estado. A sua finalidade é distinta da procura do lucro e do interesse particular. Procura valorizar a solidariedade social, o bem comum ou bem coletivo e contribuir para o bem estar social por via de organizações onde a participação e as modalidades de ação apresentam um caráter participativa e democrático.

Palavras-chave: economia social, economia solidária, solidariedade, terceiro setor, cooperativismo